

ATA DA 048ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2020
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia
Deputado Mauro de Nadal

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente)- Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores Deputados.

Passa ao horário reservado às Breves Comunicações.

Breves Comunicações

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) -
Dá boas-vindas ao Deputado Volnei Weber, estendendo sua saudação aos Parlamentares Paulinha, Ismael dos Santos e Nazareno Martins que também contraíram o coronavírus.

Comenta sobre o processo de *impeachment* contra o Governador, a Vice-Governadora e o Secretário da

Administração do Estado de Santa Catarina, cuja tese foi recepcionada pelo Presidente da Alesc.

Cita que o autor do pedido alega que o Governador cometeu crime de responsabilidade por ter cumprido uma decisão judicial, que obrigava o Governo do Estado a efetuar o pagamento da chamada Verba de Equivalência ou equiparação aos procuradores do Estado, vinculados à Procuradoria-Geral do Estado. Ou seja, o Tribunal de Justiça, em decisão transitada em julgado, obrigou o Governo a pagar aos procuradores do Estado o mesmo valor que recebem os procuradores da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Afirma que a narrativa construída, alegando que o Governador e as demais pessoas arroladas cometeram crime de responsabilidade, é fantasiosa. O Governo não efetuou o reajuste salarial, não decidiu por conta própria pela equiparação salarial, mas cumpriu uma decisão judicial proferida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, transitada em julgado. Destaca, ainda, que o mesmo pedido de *impeachment*, aceito agora, foi rechaçado pela Assembleia Legislativa no início de 2020.

Acrescenta que o próprio Ministério Público Estadual, ao ser provocado a se manifestar sobre os fatos, arquivou o processo por não ter encontrado irregularidades, e afirma que a narrativa de crime de responsabilidade contra o Governador e outros é fantasiosa também pelo fato de o próprio Tribunal de Contas ter se manifestado no sentido da ausência de ato ilegal praticado pelo Governador do Estado.

Ressalta que a conclusão do Tribunal de Contas, que não imputa qualquer responsabilidade ao senhor Governador, é justamente a base do pedido de impedimento formulado pela Alesc. Entende que seria uma situação inusitada e contrária aos preceitos constitucionais se o Governador e Secretários forem obrigados a confrontar entendimento da Procuradoria Geral do Estado em questões afetas à aplicação do Direito e ao cumprimento de ordens judiciais.

Destaca, ainda, que o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Tribunal de Contas se manifestaram no sentido de ausência de ato ilegal praticado pelo Governador. Diante do exposto, acredita que inexistente justa causa a amparar o *impeachment*. Além disso, este momento de pandemia não é adequado para disputas de poder como esta, que podem criar desestabilizações que comprometerão gravemente a vida e a segurança do povo catarinense. [Taquígrafa: Elzamar]

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Notícia sua visita ao município de Rio do Sul, junto com o Governador do Estado, ocasião que lembrou suas atividades como prefeita. Agradece às comunidades empresarial e acadêmica dos 28 municípios que compõem a Amavi pela calorosa recepção.

Informa que, naquele momento, foram anunciados recursos de R\$ 96 milhões, dos quais R\$ 15 milhões fruto de emendas parlamentares, demonstrando assim integração entre os poderes e empenho do secretário da Fazenda, Paulo Eli. Conta que participaram do evento prefeitos de diversos partidos que apresentaram suas demandas.

Dentre os vários programas apresentados, comenta o Celesc Rural, beneficiando o Estado catarinense na produção de alimentos, e parabeniza a empresa por relevante ação comunitária. Finalizando, diz que, com a unidade de todas as forças, será possível encontrar alternativas para o enfrentamento da crise gerada pela pandemia. [Taquígrafa: Elzamar]

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) - Entende que a hidroxicloroquina precisa ser despolitizada, e apresenta um vídeo do infectologista Doutor Átila Iamarino, lançado em março, onde ele afirma que se as pessoas não ficassem em casa, com medidas restritivas, teríamos, até final de agosto, um milhão de mortes. Faz uma atualização dos dados e diz que, hoje, cinco meses depois do vídeo, temos 96 mil mortes no Brasil.

Acredita que somente no futuro será possível avaliar os erros e acertos na pandemia. Não

desmerece a importância do álcool gel, máscara e distanciamento, mas observa que algumas pessoas, mesmo com todos os cuidados, ainda se contaminam. Dessa forma, sente indignação, pois existe um medicamento para tratamento precoce e muitas mortes poderiam ter sido evitadas.

Afirma que está cada vez mais difícil sustentar que a medicação não é eficiente. Exemplifica que a doutora Stella Immanuel, na África, curou 350 pacientes, inclusive do grupo de risco, com hidroxicloroquina, mas está sendo censurada nas redes sociais.

Acrescenta outro vídeo que mostra um grupo de médicos, no Brasil, que defende o uso da cloroquina. Pelo que foi apresentado, destaca que é barato, seguro e eficaz.

Defende que se exija do médico o tratamento de forma precoce, pois tem muitas pessoas com bons relatos em relação ao uso do medicamento. Afirma que está tomando o medicamento, mesmo não estando com a Covid, por uma questão de profilaxia.
[Taquígrafa: Eliana]

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Menciona, na esteira da fala do Deputado Jessé, que também está tomando a Cloroquina, com receita médica.

Comenta sobre a palavra *home office*, o trabalho em casa, que está sendo realizado por muitas pessoas por conta da Covid. Afirma que há estudos sobre o tema, pois é preciso entender a divisão entre trabalho e estar em casa, nesta fase em que todos estão se adaptando à situação. Traz o exemplo dos Parlamentares que estão participando remotamente das sessões.

Relata que o *home office* impôs algumas condições: o funcionário não pode ganhar hora extra, o empregador não pode descontar hora ou, em alguns casos, cobrar hora. Trata-se, nessa relação, de fazer um trabalho, por demanda, e é impossível a pessoa cumprir um horário caso a atividade não o absorva integralmente.

Cita que o governador Carlos Moisés estava fazendo *home office* desde antes da pandemia, pois já despachava da Agrônômica onde ele mora. Isso é

normal, e é o que está sendo feito por muitos. O problema está na defesa do Governo, que está tentando de tudo para fugir de um *impeachment*, de um crime de responsabilidade.

Explica que quando o governo diz que o Ministério Público arquivou a denúncia, é preciso entender que esta denúncia que o MP arquivou agora, o presidente Julio Garcia, o Jurídico da Casa, já havia arquivado no início do ano.

Comenta que a denúncia que foi acatada agora não é aquela que o MP arquivou. A denúncia que chegou agora na Casa e que será analisada, ela tem alguns agravos que não tinha em janeiro, como, por exemplo, a decisão do Pleno do Tribunal de Contas de que houve, sim, crime de responsabilidade por falta de embasamento legal por conta do aumento. Também cita a decisão do Tribunal de Justiça validando a decisão do Tribunal de Contas. Ressalta que é preciso colocar a verdade para que os catarinenses não sejam enganados pela defesa do Governo, que vem trazendo informações desatualizadas.

Volta ao tema do trabalho remoto para discorrer sobre o fato que aconteceu na SCGás, quando um advogado, em *home office*, foi advertido por ter participado de um programa de entrevista, das 11h às 12h. Sente-se na dúvida, se a advertência teria a ver com o fato de estar explicando o *impeachment*.

Complementando, informa que, em regra geral, a legislação do trabalho em *home office* diz que não implica em controle de jornada, salvo se houver previsão expressa e sem sentido contrário, por meio de acordo ou convenção coletiva.

Outrossim, lembra que a cozinha da Agronômica nunca trabalhou tanto em jantares oferecidos, e os gastos, igualmente, chegam a limites, porque enquanto o Governo diz fique em casa, o governador faz *home office* na conversa política para tentar apoio e fugir do *impeachment*. [Taquígrafa: Eliana]

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Discorre sobre o tema *impeachment*, que está sendo muito debatido na Casa.

Cita, também, ações do atual Governo que considera equivocadas: questão dos incentivos fiscais, onde vários setores não foram contemplados; tributação verde; duodécimo; compra de respiradores fantasmas; hospital de campanha; conteúdo LGBT no plano de ensino.

Afirma não entender comentários contra a politização do assunto e diz que politizar é uma ação natural do político. Questiona quais seriam as outras maneiras de abordar o tema.

Finda, alegando que o processo de *impeachment* é mais um problema externo que chega a Assembleia Legislativa. Ressalta que a decisão final será tomada por meio do voto e o resultado não significará uma disputa política. [Taquigrafia: Roberto]

Partidos Políticos

Partido: PSL

DEPUTADO CORONEL MOCELLIN (Orador) - Comenta pronunciamento parlamentar dizendo que o pedido de *impeachment* se baseia em novo parecer do Tribunal de Contas do Estado, onde haveria participação do governador em ato de improbidade administrativa.

Lê parecer do Tribunal de Contas, emitido no dia 27 de julho, onde o Governo questiona se existe irregularidade do governador, que diz o seguinte:

"Diante do exposto, em conclusão, tem-se a informação de que não há qualquer deliberação, parcial ou final, que aponte para a existência de nexos de causalidade entre o governador do estado e a prática de ato ilegal omissivo ou comissivo, relacionado ao pagamento de verba intitulada verba de equivalência aos procuradores do estado de Santa Catarina". Afirma que essa informação é posterior ao pedido de *impeachment* destinado à Assembleia Legislativa.

Finalmente, esclarece que não está entrando na questão de existir ou não irregularidade, o que interessa é se existe a participação do Governador, da Vice-Governadora e do Secretário nesta irregularidade. Se houve irregularidade, eles não participaram, isso a Justiça vai determinar, uma vez que o Ministério Público disse que não houve a participação deles. Igualmente, o Tribunal de Contas pode afirmar que houve irregularidade, mas não afirma que houve a participação dos mesmos.

Deputado Kennedy Nunes (Aparteante) - Questiona quem fez o pedido e quem o respondeu. Afirma que quem assinou o pedido ao Tribunal de Contas foi o advogado do governador, e a resposta foi dada por um técnico da Casa, que não é maior que a decisão do Pleno. *[Taquigrafia: Roberto]*

Partido: MDB

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Afirma que foi um susto o acréscimo de 45% no pedágio da BR-101. Leu que este reajuste é um aditivo contratual entre a ANTT e a Arteris por conta da conclusão das obras do contorno viário de Florianópolis, que deveria estar terminada em 2012, mas só ficará pronta provavelmente em 2023, e estão cobrando de forma antecipada por algo que não aconteceu. Pede aos demais Parlamentares que recorram contra este aumento junto ao Governo Federal para que o Estado não seja ainda mais penalizado.

Comenta, também, sobre a explosão no Líbano e solidariza-se com a comunidade libanesa do estado e do Brasil, menciona que o mundo está consternado frente a esta tragédia que ceifou muitas vidas. Lembra que, em 2013, ocorreu tragédia semelhante no Porto de São Francisco do Sul, causada pelo mesmo produto, e pede a Defesa Civil que faça uma varredura nos portos catarinenses para averiguar a forma de armazenamento do material.

Fala, ainda, do artigo do Jornal Notícias do Dia, intitulado "Santa Catarina precisa de Investimentos", publicado na presente data. Segundo o autor, Henry Quaresma, dada a crise

provocada pela Covid, é fundamental que se utilizem mecanismos de ativação da economia, como as exportações e atrações de investimentos. Neste sentido, cita a importância da melhoria na infraestrutura, como rodovias e aeroportos e parabeniza o autor do artigo pela manifestação na defesa do Estado catarinense.

Deputado Jair Miotto (Aparteante) - Comenta sobre o contorno viário e a obra não concluída no trecho de Florianópolis, considerando um absurdo o aumento e pede um posicionamento dos demais Deputados.

Deputado Kennedy Nunes (Aparteante) - Comenta sobre a explosão no Líbano e chama a atenção da Defesa Civil no Estado, pois o material causador da explosão também é encontrado nos portos catarinenses. *[Taquigrafia: Guilherme]*

Partido: PL

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Comenta sobre obras de infraestrutura no Estado, que estão paradas até hoje. Refere-se ao Deputado Valdir Cobalchini pela experiência na área, e pede sugestão de como proceder para destravar algumas delas. Lembra que os problemas são antigos, e a desculpa da Infraestrutura é que tem que fazer projeto, sendo que algumas dessas obras já têm projetos.

Ressalta que há muitas rodovias em situação precária, mas acrescenta o problema das licenças ambientais, e solicita à Liderança que leve este pedido ao Governo, pois é preciso mudar a legislação, dando à suinocultura o mesmo sistema de licença da avicultura, por adesão de compromisso. Cita o caso de empreendedores que investiram vinte milhões e estão, há um ano, esperando a licença ambiental. Relata que a Associação Comercial de Chapecó pediu uma audiência, uma sessão conjunta com a Bancada do Oeste para tentar resolver essa situação com o IMA, que continua trazendo dificuldade para quem quer investir na agricultura do Estado.

Deputado Valdir Cobalchini (Aparteante) - Comenta sobre o projeto do trecho entre Concórdia

e Palmitos, que está concluído há muito tempo. Quando foi Secretário de Infraestrutura, a empresa Prosul, vencedora da licitação, promoveu audiências públicas, discutiu com as comunidades e os prefeitos. Considera incrível que se fale em contratar projetos, dessa e de outras tantas, pois com o projeto poderia se viabilizar recursos de financiamento para dar continuidade a um grande programa de foi começado, de restauração e aumento de capacidade das rodovias. Cita que o projeto da 283 contempla tudo isso e deveria ser encaixado num programa de financiamento. Fala, ainda, que foi apresentado o projeto destinando 10% dos recursos do IPVA, da parte do Estado, para fazer a manutenção das rodovias.

Deputado Doutor Vicente Caropreso (Aparteante)
- Lembra que a Secretaria do Tesouro Nacional impede o Estado de contrair empréstimos, neste momento, de banco nacional e internacional, por causa da nota que recebeu alguns anos atrás, e que isso só poderá ser mudado no início do próximo ano. *[Taquiografia: Guilherme]*

Partido: PT

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Informa que as atenções estarão voltadas ao Senado Federal, pois, na presente data, acontecerá a votação do Projeto de Lei 735/20, já aprovado pela Câmara Federal, que visa socorrer o setor da agricultura familiar e camponesa, com renda emergencial, recursos para o fomento da atividade e prorrogação das condições para o pagamento de dívidas. Afirma que o Partido dos Trabalhadores apoia integralmente esse setor, e fará esforços para convencer os Parlamentares e a sociedade sobre a necessidade de aprovar e sancionar esse projeto. Exibe no telão um vídeo com o objetivo de mostrar os agricultores catarinenses relatando suas experiências.

Comenta que 75% dos alimentos, nas refeições diárias, vêm da agricultura familiar e camponesa, fruto de várias políticas públicas implementadas nos governos Lula e Dilma. Informa que, de acordo com o Censo Agropecuário de 2019, 78% das

propriedades rurais do Estado são de agricultura familiar, totalizando mais de 364 mil pessoas nesta atividade, garantido para Santa Catarina a posição de 5º maior valor de produção.

Reitera a necessidade de aprovar este projeto de lei, e encerra seu pronunciamento citando a fala do agricultor Fábio Fachini, de Ascurra, que pede mais solidariedade, respeito ao meio ambiente e mais coletividade. [Taquiografia: Northon]

Partido: PSD

DEPUTADO MILTON HOBUS (Orador) - Enaltece o discurso da Deputada Luciane Carminatti e reforça a importância da agricultura familiar para Santa Catarina. Questiona que, durante a pandemia, ocorreu o aumento da tarifa de energia elétrica para produtores rurais catarinenses.

Informa que protocolou um projeto de sustação de atos, e detalha que já finalizou o prazo de dez dias para o Governador Carlos Moisés dar explicações acerca deste aumento de tarifa, para que, em seguida, o Parlamento possa derrubar este aumento inoportuno. Acrescenta que muitos agricultores vivem do que plantam para as escolas dos municípios e do Estado, e todas estão fechadas atualmente.

Comenta que o Deputado Kennedy Nunes relatou outro projeto que proíbe o Estado de majorar impostos ou tarifas durante períodos de calamidade pública, e cita que uma das intenções do projeto é corrigir o aumento da tarifa de água que atingiu mais de 40% dos catarinenses.

Comemora o fato de que Santa Catarina obteve a maior arrecadação da história no mês de julho em comparação ao mesmo mês de anos anteriores, trazendo solidez para a economia do Estado, e resultando em uma arrecadação anual superior ao ano anterior. Também registra o recebimento de 1,2 bilhão de auxílio do Governo Federal, e que a dívida com a União e com os bancos não precisará ser paga até o final do ano, representando mais um bilhão de reais para os cofres do Estado. Agradece, ainda, a Secretaria da Fazenda pelo

pagamento de todas as emendas parlamentares, porque há dinheiro no caixa.

Relata que, na visita do Governador a Rio do Sul, foram assinados os kits de transposição; um contrato da Casan de 5,5 milhões de reais, que faz parte de um contrato de programa assinado entre a Casan e o município de Rio do Sul, que visa restaurar as vias públicas danificadas pela própria Casan; e um ato de um financiamento, feito pelo município de Rio do Sul, no ano anterior, no BRDE, das obras de duplicação da estrada Blumenau, já em estágio de finalização, indevidamente apresentado como recursos do Estado, pois não teve interveniência do Governo.

Cita que em 2018 foi aprovado um financiamento no valor de 1,2 bilhão de reais para a Celesc, para que o Estado investisse nas redes trifásicas no interior do Estado, e reclama sobre a demora na execução, argumentando que não é necessário um ato de Governo para isso.

Demonstra decepção, pois o Governo não falou das barragens de Rio Doce e Petrolândia, com licitação finalizada e pronta para execução, para que diminua o índice de enchentes na região. Também fala sobre o repasse pendente de 5 milhões do Governo do Estado, anunciado há quatro meses, para limpeza de um importante rio da região.

Agradece as ações executadas pelo governo, mas afirma que é preciso cobrar pendências e promessas, citando como exemplo o importante trecho de ligação entre Rio do Sul e Presidente Getúlio.

Finalizando, considera que o processo de *impeachment* não é algo simples e pode causar traumas no Estado, porém um conjunto de fatores e os novos fatos levaram a essa situação, inclusive tendo o Pleno do Tribunal de Contas atestado que houve crime de responsabilidade, que precisa ser investigado e apurado. [Taquigrafia: Northon]

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) -
Suspende a sessão até às 16h, horário reservado à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0452/2019.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0137/2020.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0154/2019.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0187/2018.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0530/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Fazenda, informações acerca da alegação de que sem a ajuda do Governo Federal, o Estado de Santa Catarina teria atrasado a folha de pagamento de seus servidores públicos, bem como sobre a possibilidade deste atraso ocorrer no futuro.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0531/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca das despesas realizadas pelo Estado para manutenção do imóvel de sua propriedade localizado na Rodovia Admar Gonzaga, nº 904, Itacorubi, Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0532/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca dos custos fixos pagos pelo Estado para operação e manutenção do terminal Rodoviário Rita Maria, localizado no município de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0355/2020, de autoria da Deputada Paulinha, manifestando ao Sr. Ralf Guimarães Zimmer Júnior, repúdio por ter agredido fisicamente uma mulher, bem como pela consagração em segunda instância de uma decisão judicial condenatória em seu desfavor pela prática de tal fato.

A pedido da sra. Deputada Paulinha, autora da moção, foi retirada da pauta da Ordem do Dia.

Moção n. 0356/2020, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, manifestando ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, apelo à urgente instalação de sinalização no trevo de acesso ao Município de Otacílio Costa, localizado na BR-470.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 1039/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta, solicitando às empresas de telefonia Tim, Claro, Oi e Vivo, os encaminhamentos necessários para ampliar a cobertura e o atendimento nas comunidades do interior do Município de Urubici.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1040/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta, solicitando às empresas de telefonia Tim, Claro, Oi e Vivo, os encaminhamentos necessários para ampliar a cobertura e o atendimento nas comunidades do interior do Município de São Joaquim.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1041/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta, solicitando às empresas de telefonia Tim, Claro, Oi e Vivo, os encaminhamentos necessários para ampliar a cobertura e o atendimento nas comunidades do interior do Município de Ponte Alta.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1042/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta, solicitando às empresas de telefonia Tim, Claro, Oi e Vivo, os encaminhamentos necessários para ampliar a cobertura e o atendimento nas comunidades do interior do Município de Painel.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1043/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta, solicitando às empresas de telefonia Tim, Claro, Oi e Vivo, os encaminhamentos necessários para ampliar a cobertura e o atendimento nas comunidades do interior do Município de Chapadão do Lageado.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1044/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta, solicitando às empresas de telefonia Tim, Claro, Oi e Vivo, os encaminhamentos necessários para ampliar a cobertura e o atendimento nas comunidades do interior do Município de Bom Retiro.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1045/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta, solicitando às empresas de telefonia Tim, Claro, Oi e Vivo, os encaminhamentos necessários para ampliar a cobertura e o atendimento nas comunidades do interior do Município de Alfredo Wagner.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1050/2020, de autoria do Fernando Krelling, solicitando, ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina,

informações acerca do déficit de ocupantes dos cargos do quadro de praças da Polícia Militar.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1051/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado, solicitando, aos Presidentes das Empresas Tim, Oi, Claro e Vivo, a instalação de uma antena transmissora de telefonia móvel e internet em localidades no interior do Município de Bocaina do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 1028/2020 e 1029/2020, de autoria do Deputado Fernando Krelling; 1030/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado; 1031/2020, 1032/2020, 1033/2020, 1034/2020, 1035/2020, 1036/2020, 1037/2020 e 1038/2020, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 1046/2020, 1047/2020, 1048/2020 e 1049/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta; e 1052/2020, de autoria do Deputado Nilso Berlanda.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n. s: 1465/2020, de autoria do Deputado Ismael dos Santos; 1466/2020, de autoria do Deputado Romildo Titon; 1467/2020, 1468/2020, 1469/2020, 1470/2020, 1471/2020, 1482/2020, 1483/2020, 1484/2020, 1485/2020, 1486/2020 e 1487/2020 de autoria do Deputado João Amin; 1472/2020 e 1511/2020, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; 1473/2020, de autoria do Deputado Mauro de Nadal; 1474/2020 e 1475/2020, de autoria do Deputado Altair Silva; 1476/2020, de autoria do Deputado Fernando Krelling; 1477/2020, 1478/2020 e 1479/2020, de

autoria do Deputado Maurício Eskudlark; 1480/2020, de autoria do Deputado Jair Miotto; 1481/2020 e 1504/2020 de autoria do Deputado Laércio Schuster; 1488/2020, de autoria do Deputado Nazareno Martins; 1489/2020, 1490/2020, 1491/2020, 1492/2020, 1493/2020, 1494/2020, 1495/2020, 1496/2020, 1497/2020, 1498/2020, 1499/2020, 1500/2020, 1501/2020 e 1502/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 1503/2020, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso; 1505/2020, de autoria do Deputado Ivan Naatz; 1506/2020, 1507/2020, 1508/2020, 1509/2020 e 1510/2020, de autoria do Deputado Fabiano da Luz; 1512/2020, de autoria do Deputado Fernando Krelling.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

A Presidência comunica que, na próxima terça-feira, procederemos à votação da LDO, que normalmente é votada antes do recesso, mas como não houve recesso a votação será realizada na data citada.

Solicita a todos os senhores Deputados que tomem conhecimento do projeto, que já foi devidamente deliberado na Comissão de Finanças e Tributação, para que possamos deliberar na terça-feira próxima.

Não havendo oradores inscritos para fazer uso da palavra em Explicação Pessoal, a Presidência encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

(Ata sem revisão dos oradores)

[Transcrição: Taquígrafa Sílvia] [Revisão: Taquígrafa Sara]